

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MELISSA SHEN LEE

**O CRESCIMENTO DA CHINA A PARTIR DE 2001:
AS IMPLICAÇÕES PARA A AMÉRICA LATINA E O BRASIL**

PORTO ALEGRE

2017

MELISSA SHEN LEE

**O CRESCIMENTO DA CHINA A PARTIR DE 2001:
AS IMPLICAÇÕES PARA A AMÉRICA LATINA E O BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharela em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Lee, Melissa Shen

O Crescimento da China a partir de 2001: as implicações para a América Latina e o Brasil / Melissa Shen Lee. -- 2017.

52 f.

Orientador: André Moreira Cunha.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. China. 2. Brasil . 3. América Latina. 4. Crescimento econômico. I. Cunha, André Moreira, orient. II. Título.

MELISSA SHEN LEE

**O CRESCIMENTO DA CHINA A PARTIR DE 2001:
AS IMPLICAÇÕES PARA A AMÉRICA LATINA E O BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Moreira Cunha – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso não seria possível sem a motivação e o auxílio das pessoas e instituições que colaboraram para a minha formação como indivíduo e estudante. Ao Brasil, seus cidadãos e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o meu sincero obrigado por me oportunizarem o acesso à educação superior gratuita e de qualidade.

Agradeço, também, todos os professores que contribuíram para a minha trajetória como aluna, compartilhando aprendizado e conhecimento. Nesse sentido, gostaria de destacar a colaboração do meu orientador, Professor Dr. André Moreira Cunha, pelo apoio prestado no desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço minha família e meus amigos. Cada um teve sua devida importância na minha construção de valores e caráter. À minha tia, Shi Pin Shen, e à minha avó, Che Ying Shen Shen, agradeço todo o carinho e cuidado ao longo minha criação. Aos meus pais, Shi Hung Shen e Lee Shing Wen, um obrigado especial por todo o sacrifício e dedicação para me oferecer a melhor vida possível e por me inspirarem todos os dias a ser uma pessoa íntegra.

O desenvolvimento da China permanece em um importante período de oportunidades estratégicas, tendo pela frente tanto perspectivas brilhantes como desafios severos.

(Xi Jinping, 2013)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar os impactos do crescimento da China para a América Latina e o Brasil, mais precisamente a partir do ingresso chinês na Organização Mundial do Comércio – OMC, em 2001. Busca-se, assim, contextualizar o acelerado crescimento chinês que, desde as reformas econômicas da década de 1970, inseriu o país na trajetória de uma potência internacional. A virada do milênio aponta uma China mais atuante no comércio internacional, principalmente na busca por recursos naturais para dar sustentação ao intenso processo de urbanização, um dos frutos de sua modernização econômica. Nesse âmbito, a América Latina, após as fracassadas reformas liberalizantes da década de 1990, percebe na parceria com a China uma oportunidade de retomar um ritmo de crescimento satisfatório. O Brasil, por sua vez, também intensifica relações com a China na lógica de dinamizar sua economia. Vários fatores, no entanto, levam ao questionamento dos impactos que essa interação pode gerar, de forma geral, para os países latino-americanos e também para o Brasil. Pretende-se, com essa pesquisa, analisar os possíveis efeitos dessas relações, identificando os principais desafios envolvidos.

Palavras-Chave: China. Brasil. América Latina. Crescimento Econômico.

ABSTRACT

The present research has the objective to evaluate the impacts of China's economic growth on Latin America and Brazil, more precisely since the Chinese entrance in the World Trade Organization – WTO, in 2001. Therefore, it is sought to contextualize the accelerated Chinese growth, that since the economic reforms in the 1970s, inserted the country in the path of a global power. Within this scope, Latin America, after the failed liberalizing reforms from the 1990s, perceives the partnership with China as an opportunity to resume a satisfying growth rhythm. Brazil, in turn, also intensifies relations with China in the logic of boosting its economy. Many factors, however, lead to the questioning of the impacts that this interaction may generate, overall, to Latin American countries and also to Brazil. It is intended, with this research, to analyze the possible effects of these relations, identifying its main challenges.

Key Words: China. Brazil. Latin America. Economic Growth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Taxa de crescimento do PIB da China (%) de 1980-2016	24
Figura 2: População Urbana da China (em milhões) de 1960-2016.....	29
Figura 3: Principais <i>Commodities</i> exportadas pela América Latina (2017)	32
Figura 4: Comércio Brasil-China: participação nas exportações e importações totais brasileiras.....	38
Figura 5: Taxa de crescimento anual: exportações e importações de bens da China em volume 2002-2015 (%).....	40

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Cbers - Programa de Construção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

EUA – Estados Unidos da América

IDE – Investimentos Diretos Estrangeiros

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

RPC – República Popular da China

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DE IMPÉRIO A POTÊNCIA: UM BREVE HISTÓRICO	13
2.1 A China Imperial e a República da China	13
2.2 A revolução de Mao e as reformas de Deng.....	18
2.3 Jiang, Hu e Xi: a entrada da China na OMC	23
3. A ASCENSÃO DA CHINA E A AMÉRICA LATINA	26
3.1 A China e a América Latina pós-2001.....	26
3.2 A demanda chinesa por <i>commodities</i> latino-americanas	31
4. A CHINA E O BRASIL	35
4.1 Um breve histórico das relações entre Brasil e China	35
4.2 As relações sino-brasileiras pós-2001: os impactos do crescimento chinês.....	36
4.3 Brasil e China: os desafios nas relações sino-brasileiras.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. INTRODUÇÃO

Em 2014, a China ultrapassou os EUA e passou a assumir o posto de maior economia do mundo, representando 16,6% do PIB mundial¹. O acelerado crescimento do país asiático impressiona, e sua origem remonta às reformas econômicas implementadas por Deng Xiaoping. Estas representaram o fim da Revolução Cultural e desencadearam a abertura e a modernização econômica da China.

A inclusão da China na OMC, em dezembro de 2001, representou a participação ativa do país na organização da regulamentação e liberalização do comércio entre os países. A entrada da China sinalizou, como consequência, um fortalecimento da agenda dos países emergentes: a globalização e a liberalização econômica deveriam ser benéficas a todos, não se restringindo às regiões que historicamente se apresentavam como economicamente mais dinâmicas.

Seguindo esse pensamento, o presente trabalho debruça-se sobre uma questão principal: avaliar os impactos que o crescimento econômico da China desde 2001 tiveram na América Latina e, especificamente, no Brasil. Esta questão se desdobra em perguntas secundárias, quais sejam: (i) qual o contexto histórico no qual se deu o processo de modernização da economia chinesa?; (ii) sob quais bases se estabeleceram as relações da China com a América Latina e o que isso representa para a região?; (iii) como o acelerado processo de urbanização da China impacta os países latino-americanos?; (iv) qual o impacto que a demanda chinesa por *commodities* possui na América Latina e, principalmente, no Brasil?; (v) como se edificaram as relações sino-brasileiras e quais seus pontos principais de sustentação?; e, finalmente, (vi) quais os desafios que o crescimento chinês representa para a economia brasileira?

Para responder esses elementos, é necessário fazer uma análise histórica do crescimento da China, para destacar as principais mudanças enfrentadas pelo país. Ademais, é essencial contextualizar as relações da China com a América Latina, apontando os elementos chave dessa aproximação, e buscando identificar o padrão de interação que vem se consolidando entre as regiões. Por sua vez, no que tange as relações sino-brasileiras, é fundamental compreender a evolução das agendas políticas e econômicas que levaram os países a essa cooperação, para assim assinalar os efeitos da mesma. Vale ressaltar que optou-

¹ Estimativa do FMI (2017) que leva em consideração a paridade de poder de compra. Em valores correntes, a economia dos EUA ainda é a maior do mundo.

se por utilizar a entrada da China na OMC (2001) como marco temporal para analisar as relações propostas.

A hipótese central da presente pesquisa é de que o crescimento da China representa para a América Latina e para o Brasil um duplo desafio: por um lado, a manutenção da dinamicidade econômica oportunizadas pela demanda chinesa, e por outro os riscos que a especialização em exportação de recursos naturais representa para o desenvolvimento industrial. Para avançar no objetivo proposto e avaliar a pertinência da hipótese norteadora da análise a ser realizada, este trabalho se desenvolve em três capítulos. O primeiro traz um breve resgate histórico da trajetória da China, desde os tempos de Império ao *status* de potência. Contextualiza-se a trajetória da China Imperial às origens da República da China, destacando os principais elementos que regem os cernes da política e da economia chinesa.

O segundo capítulo possui enfoque nas relações sino-latino-americanas. A China e a América Latina possuem experiências históricas que permitem muita troca e aprendizado nas esferas política e econômica. Assim, busca-se apontar os principais impactos do crescimento chinês, a partir o padrão de interação que vem se consolidando entre as duas regiões a partir de 2001.

Por fim, o terceiro capítulo aborda as relações Brasil-China. Com uma parceria econômica consolidada, Brasil e China se mostraram aliados também no campo político. O capítulo resgata brevemente o histórico dessa relação, na tentativa de ilustrar as bases em que se dá essa cooperação. Ademais, com a entrada da China na OMC, busca-se analisar as relações sino-brasileiras sob a ótica dos impactos do avanço econômico chinês para o Brasil, identificando os principais riscos e oportunidades.

2. DE IMPÉRIO A POTÊNCIA: UM BREVE HISTÓRICO

Neste capítulo pretende-se realizar um breve histórico da trajetória China, desde sua configuração como império até o período contemporâneo. Para isso, adotou-se uma divisão em recortes temporais, de modo geral, representado por três períodos principais: (i) um retrospecto da China Imperial à fundação da República da China; (ii) da RPC ao reformismo de Deng Xiaoping; e (iii) a China a partir de sua entrada na OMC no governo de Jiang Zemin, seguido por Hu Jintao e Xi Jinping. Nesse sentido, os capítulos subsequentes abordarão os impactos da ascensão da China a partir de 2001 para a América Latina e, por fim, o caso das relações sino-brasileiras.

2.1 A China Imperial e a República da China

A existência da China imperial é um fenômeno mais recente do que o surgimento de outros povos da antiguidade, como o Egito e a Mesopotâmia. No entanto, o fato de uma civilização perdurar, conservando características de seu cerne do pré-cristianismo aos tempos modernos, faz da China um ponto de destaque no plano internacional (AGLIETTA, BAI, 2015). “A China imperial não é um simples império unido e centralizado. Sua verdadeira identidade está na manutenção e reprodução de determinadas ordens sociais e políticas” (AGLIETTA, BAI, 2015, p. 12. Tradução livre)².

A China contemporânea cresceu a passos largos. O processo que levou um dos países mais pobres do mundo no pós-Segunda Guerra Mundial à posição de primeira economia é recente e ocorreu de forma acelerada. Enquanto o Ocidente já consolidava as mudanças trazidas pela Revolução Industrial, a China ainda possuía traços de uma lógica feudal (ZHU, 2012).

A base da civilização chinesa está no conjunto de valores e de instituições desenvolvidas pela burocracia imperial (KISSINGER, 2011). O confucionismo fora também responsável por disseminar essa mentalidade, com a crença da hierarquia social e a obrigação fundamental da qual as palavras de ordem eram “Conhece teu lugar”.

² No original: “*Imperial China is not simply a centralized and united empire. Its true identity lies with the maintenance and reproduction of certain social and political orders.*”

Ao contrário de profetas e religiões monoteístas, Confúcio não pregava nenhuma teologia da história conduzindo a humanidade à redenção pessoal. Sua filosofia buscava a redenção do Estado mediante ao comportamento individual correto. (KISSINGER, 2011, p. 32)

Vale destacar que enquanto a Europa dos séculos XVII e XIX já tinha adotado o modelo westfaliano, com um quadro relativamente estável de preservação do *status quo*, a China ainda operava em um sistema de estados tributários (KISSINGER, 2015).

A China, enquanto civilização milenar, estava o auge de sua grandeza ao final do século XVIII (KISSINGER, 2011). O grande império do meio, designação de acordo com a mentalidade sinocêntrica, encontrou em seu período de glória a ganância dos impérios ocidentais:

Contudo, o ponto alto da dinastia Qing também se tornou o ponto crítico de seu destino. Pois a riqueza e a extensão da China atraíram a atenção de impérios ocidentais e das companhias comerciais operando completamente fora dos limites e instrumentos conceituais da tradicional ordem mundial chinesa. Pela primeira vez na história, a China se defrontou com “bárbaros” que não almejavam tirar o lugar da dinastia chinesa e reivindicar o Mandato Celestial para si mesmos; em vez disso, propunham substituir o sistema sinocêntrico por uma visão inteiramente nova de ordem mundial – com livre comércio, não o tributo, embaixadores residentes na capital chinesa e um sistema de intercâmbio diplomático que não aludisse aos chefes de Estado não chineses como “honoráveis bárbaros” prestando vassalagem ao seu imperador em Pequim. (KISSINGER, 2011, p. 49)

A Guerra do Ópio, em 1839, pode ser considerada o ponto máximo de expressão da interferência estrangeira na China. Ela representa o que Kissinger (2011) denominou como “choque de duas ordens mundiais”: uma China fechada, porém com capacidade militar significativa, na Ásia contra um império inglês em franca expansão, dominante na Europa. A partir desse momento, a China passa a se deparar com o conflito entre a construção histórica de seu império milenar e as constantes interferências destrutivas das nações estrangeiras (KISSINGER, 2011).

Antes da Guerra do Ópio, o país concebia a diplomacia e o comércio internacional sobretudo como formas de reconhecimento de sua posição de proeminência. Agora, ao mesmo tempo entrava em um período de tumulto interno, o país enfrentava três desafios estrangeiros, cada um dos quais suficiente para derrubar uma dinastia. Essas ameaças vinham de toda direção e materializadas em formas até então dificilmente concebíveis. (KISSINGER, 2011, p. 71)

Os “três desafios estrangeiros” enfrentados pela China aos quais Kissinger (2011) menciona são: (i) as nações europeias que encontraram na navegação a possibilidade de se fazerem presentes em territórios distantes; (ii) a Rússia, nas fronteiras norte e oeste, buscando se expandir e afirmar sua dominância militar tomando territórios remotos da China; e (iii) o Japão determinado a ocupar a posição de maior império da Ásia. Esses fatores configuraram um período de ameaças estrangeiras intensas na história da China e, mais tarde, viriam a se tornar um dos motivadores da radical ideologia de Mao Tsé-Tung. No entanto, a China dessa época compreendia que seria necessário mudar para garantir a sua existência.

No final do século XIX, a China havia embarcado numa transformação social dramática. A dinastia manchu, no poder desde 1644, vivia uma transição do antigo para o moderno. A mudança foi precipitada por uma série de derrotas acachapantes nas mãos das potências europeias e do Japão, a começar pela Guerra do Ópio, de 1839-42, quando as potências ocidentais vieram a bater nas portas fechadas da China. Da corte manchu aos intelectuais, quase todos concordavam que o país precisava mudar se quisesse sobreviver. Fizeram-se muitas reformas fundamentais, entre as quais a instalação de um sistema educacional completamente novo. Iniciou-se a construção de ferrovias. Indústria e comércio modernos ganharam alta prioridade. Permitiu-se a existência de organizações políticas. Publicaram-se jornais pela primeira vez. Mandaram-se jovens ao exterior para estudar ciências e mandarins para aprender sobre democracia e sistemas parlamentares. Em 1908, a corte anunciou um programa para se transformar numa monarquia constitucional dentro de um período de nove anos. (HALLIDAY; CHANG, 2006, p. 24)

Nesse sentido, já se ensaiava a criação de alguns modelos de instituições que eram independentes ao poder imperial. A elite chinesa buscava alternativas para fazer um contraponto ao aparente atraso vivido pela sociedade.

No entanto, na China Imperial já apareciam novas tendências em direção à criação de instituições, funções e ocupações individuais – todo um setor da sociedade – que não estava sob o controle direto do Estado Qing. Essa tendência geral aparecia mais claramente para os estrangeiros nos portos signatários do tratado de abertura para o comércio exterior –, mas seu grande impulso vinha de dentro da China muito mais do que do mundo externo, mais especificamente das atividades em expansão da elite na esfera pública da vida comunitária. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 240)

O final do que se considerou o “século de humilhação” trouxe consigo um período de instabilidade política. A noção de que a mudança seria um processo fundamental na

manutenção da integridade da China resultou em movimentos que resultaram no fim da China Imperial e na deflagração de um intervalo de convulsão política.

Nas mãos de seus líderes e ocupantes, o povo chinês foi catapultado para múltiplos períodos caóticos de opressão. O século XX começou com uma revolução e a queda de um governo conduzido pelo imperador. A revolução de 1911 derrubou a dinastia Qing, a qual governava desde 1644. Após a sua queda, feudos regionais emergiram sob o controle de senhores da guerra. A China mudou de Chefe de Estado seis vezes e de primeiro ministro 22 vezes entre 1917 e 1928. Simultaneamente, centenas de conflitos e guerras interprovinciais ocorreram.[...] A estabilidade do país sofria. (HOLOMAN, 2013, p. 3, tradução livre)³

A República da China, declarada ao final de 1911 sob a presidência de Sun Yat-Sen, foi um período no qual a falta de um governo consolidado abria margem para as potências ocidentais expandirem suas esferas de interferência no território chinês. Grande parte dos cargos administrativos nos portos signatários do tratado de comercialização eram exercidos por estrangeiros, que viram na flexibilização das leis de comércio uma oportunidade para inferir sua agenda política (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

As potências ocidentais aproveitaram a ocasião para aumentar sua influência, como os ingleses no Tibete e o Império Russo na Mongólia Exterior. Tal processo se aprofundou como resultado da Primeira Guerra Mundial, pois o Japão ampliou suas possessões na China e no Pacífico (que pertenciam à Alemanha). (VISENTINI, 2013, p. 16)

Nesse contexto, o Partido Kuomintang surge com a autodenominação de uma força política de ideais nacionalistas e com a missão de unificar a China que se encontrava em um vácuo de poder central desde fim da era dinástica (1911). Sun Yat-sen liderou o primeiro congresso do partido, em 1924 e Chiang Kai-shek herdou a liderança em 1925, com a morte de Sun Yat-Sen. Em 1928, a China estava aparentemente unificada, mas a sua realidade interna denunciava outro cenário. Dadas as dificuldades de se estabelecer um governo capaz

³ No original: “*At the hands of both its own rulers and occupiers, China’s people were catapulted through multiple chaotic periods of oppression. The twentieth century began with revolution and the downfall of emperor-led rule. The 1911 revolution overthrew the Qing dynasty, which had ruled since the year 1644. After its overthrow, regional fiefdoms emerged ruled by warlords. China changed its head of state 6 times and its prime minister 22 times between 1917 and 1928. During the same time frame, hundreds of mutinies and interprovincial wars occurred. [...] The stability of the country suffered.*”

de aplicar a lei, o nascimento do Partido Comunista da China cria uma oposição para o Kuomintang (HOLLOMAN, 2013).

Oficialmente, o país estava unificado. Na realidade, muitas facções do período dos senhores da guerra permaneciam e eram alimentados por outra força emergente: o Partido Comunista da China. Fundado em Xangai em 1921 e apoiado pelo novo regime soviético, os Comunistas desafiaram a autoridade do Kuomintang desde o princípio. (HOLLOMAN, 2013, p. 4, tradução livre)⁴

A oposição do Partido Comunista ditava suas próprias regras e instaurava ainda mais instabilidade à cena política do país. Das disputas entre os senhores da guerra, a China agora se confrontava com a instauração de uma guerra civil.

Entretantes, no coração da China, o novo Partido Comunista Chinês, estabelecido em 1921, dirigia uma espécie de governo paralelo e uma ordem social alternativa mais ou menos alinhados com o movimento comunista mundial. Cada um desses aspirantes ao poder reclamava o direito de governar, mas nenhum deles era forte o bastante para prevalecer sobre os demais. (KISSINGER, 2011, p. 99)

Além das disputas políticas internas, a China passou a enfrentar problemas de origem externa. No lugar das potências ocidentais, que ao final da década de 1930 haviam embarcado na desgastante jornada de duas Grandes Guerras Mundiais, e da Rússia, que buscava a consolidação interna de sua revolução, o Japão ameaçava a integridade política e territorial da China (KISSINGER, 2011). “A tentativa do Japão militarista de conquistar a China começou pela captura da Manchúria em 1931 e tornou-se uma invasão plena de 1937 a 1945” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 289).

Dos antigos concorrentes à dominação da China, apenas um restara, embora o mais perigoso para a independência chinesa: o Japão. A China não tinha força suficiente para se defender. E nenhum outro país estava à disposição para contrabalançar militarmente o Japão. Após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, o Japão ocupou as antigas concessões alemãs em Shandong. Em 1932, Tóquio engendrou a criação de um Estado separatista sob domínio japonês na Manchúria, chamado Manchukuo. Em 1937, o país

⁴ No original: “*Officially, the country had become unified. In reality, many factions of the warlord period remained and were stoked by another emerging force: the Communist Party of China. Founded in Shanghai in 1921 and supported by the new Soviet regime, the Communists challenged the Kuomintang’s authority from the start*”.

embarcou em um programa de conquista por grande parte do leste da China. (KISSINGER, 2011, p. 100)

A ofensiva japonesa teve fim em 1945, com vitória dos aliados e a rendição do Japão. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a China embarcava novamente nos conflitos políticos internos, retomando a guerra civil. Em 1949, as forças militares nacionalistas não conseguiam mais sustentar sua posição e entraram em colapso. O resultado foi a vitória comunista e a expulsão do Kuomintang para a ilha de Taiwan (KISSINGER, 2011).

2.2 A revolução de Mao e as reformas de Deng

Com a instauração da RPC, em outubro de 1949, ensaiou-se um esforço para consolidar uma industrialização mais densa e concentrada, em contrapartida aos pequenos surtos industriais que ocorriam antes no país. Sob o governo de Mao Tsé-Tung, a implantação da indústria ocorria em passos morosos. Naughton (2007) ressalta que a economia tradicional chinesa baseada na produtividade agrícola, ciclo que se estendeu de 1127 a 1911, mantinha cerca de 90% da população vivendo em áreas rurais.

A história da China, desde 1949, tem sido conturbada. Mesmo depois da revolução 1949, reorientações bruscas na política – incluindo a política econômica – marcara quase todos os períodos de desenvolvimento da China. Mudanças, e até mesmo reversões, de direção eram comuns em muitos âmbitos da política econômica. Como resultado, o legado do período socialista é especialmente complicado. Em alguns momentos, a ênfase política era tão distintiva que foi descrita como o ‘modelo’ Maoísta de desenvolvimento. Em outros tempos, a política assemelhava-se mais a um modelo soviético ortodoxo ou era ditada por pragmatismo de curto prazo. Esses diferentes períodos renderam frutos econômicos diversos, desde o mais alto sucesso até a catástrofe. (NAUGHTON, 2007, p. 62, tradução livre)⁵

“A maioria das revoluções ocorre em nome de uma causa específica. [...] A revolução maoísta não tinha um lugar de descanso final [...]” (KISSINGER, 2011, p. 104). A visão de Mao para a China, com o objetivo supremo de “Grande Harmonia”, trazia uma nação pronta

⁵ No original: “China’s history since 1949 has been a stormy one. Even after the 1949 revolution, sharp turns in policy—including economic policy—marked nearly every period of China’s development. Changes, and even reversals, of direction were common in many areas of economic policy. As a result, the legacy of the socialist period is especially complicated. In some periods the policy emphasis was so distinctive that it has been described as a unique Chinese or Maoist “model” of development. At other times policy stayed closer to an orthodox Soviet model or was driven by short-run pragmatism. These different periods had very different economic outcomes, ranging from highly successful to catastrophic.”

para se despir das tradições milenares que a prendiam em seu passado de degradação pelas nações ocidentais.

A tradição confucionista valorizava a doutrina dos meios e o cultivo do equilíbrio e da moderação; quando a reforma ocorria, era feita de forma incremental e apresentada como a “restauração” de valores antigos. Mao, por outro lado, buscou uma transformação radical e instantânea e uma total ruptura com o passado. A teoria política chinesa tradicional tinha a força militar em relativa falta de estima e insistia que os soberanos chineses alcançavam a estabilidade interna e a influência no exterior por meio da virtude e da compaixão. Mao, compelido por sua ideologia e sua angústia por um século de humilhação chinesa, produziu uma militarização da vida chinesa sem precedentes. Onde a China tradicional reverenciava o passado e acalentava uma rica cultura literária, Mao declarava guerra à arte, à cultura e aos modos de pensar tradicionais. (KISSINGER, 2011, p. 106)

Um dos aspectos mais notáveis dos Estados asiáticos reside na percepção de que representam países “emergentes” ou “pós-coloniais”. Todos procuram superar o passado colonial por meio de uma identidade nacional fortemente imposta (KISSINGER, 2015). Na China liderada por Mao, isso se traduziu em uma vertente que enfatizava a prioridade do crescimento voltado para dentro e o ufanismo exacerbado. A herança colonial, nesse caso exercida pelos ingleses e depois por Rússia e Japão, traz consigo a falta de confiança no exterior.

Como em muitos governos comunistas da época, acreditou-se que a forma mais eficaz de acelerar o processo de industrialização era aumentando os investimentos em indústrias pesadas. Dessa maneira, apostou-se no aço, no concreto e em maquinário. O governo mobilizou os recursos para investimento ao limitar o consumo das famílias e estabelecendo preços baixos para bens agrícolas para que a poupança forçada e os excedentes pudessem ser utilizados como investimento nessas indústrias (ZHU, 2012). Desprezaram-se alternativas intensivas em mão de obra, talvez mais adequadas tendo em vista o contexto demográfico chinês, para empreender em indústrias intensivas em maquinário (NAUGHTON, 2007).

Esse crescimento alicerçado fortemente na acumulação de capital era insustentável e acabou por legar consequências negativas para o bem-estar da sociedade. Os grandes esforços para se alcançar a industrialização, durante os anos do Grande Salto para Frente (1958-1960) não só falharam em elevar o PIB, como também causaram danos à produção agrícola que, com a conjunção de ondas climáticas desfavoráveis, fizeram com que a fome se instaurasse na China (ZHU, 2012). “Apesar dos resultados desastrosos, o governo chinês deu continuidade a

sua estratégia de crescimento desequilibrado e apenas realizou pequenos ajustes depois da fome” (ZHU, 2012, p. 109, tradução livre)⁶.

A China de Mao era, por desígnio, um país em crise permanente; desde os primeiros dias de governo comunista, Mao desencadeou onda após onda de lutas. Ao povo chinês não seria permitido sequer repousar sobre suas conquistas. O destino que Mao prescreveu para eles era purificar sua sociedade e a si mesmos mediante o empenho virtuoso. (KISSINGER, 2011, p. 105)

Em 1960, a economia chinesa e seu povo estavam em uma situação desfavorável. O insucesso do planejamento econômico de Mao leva a seu questionamento enquanto líder político. Fortemente criticado, ele se retira do cargo de presidente do Estado no final de 1959, mas ainda presidindo o Partido Comunista. Assim, de 1960 a 1965, a China, em sua esfera mais administrativa, passa a contar com a liderança de Liu Shaoqi, Deng Xiaoping e Zhou Enlai (HALLIDAY; CHANG, 2005).

Com o fracasso do Grande Salto para Frente, um sistema de controle teve que ser incorporado para conter o alto nível populacional alcançado pelas cidades. Estima-se que cerca de 130 milhões de pessoas migraram dos campos para centros urbanos para construir as fábricas e suprir a demanda por matéria prima que crescia de insustentável (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). De 1960-64, os resultados negativos acabaram por ocasionar o fechamento dessas plantas fabris e a um desemprego em massa. Famílias precisaram ser realocadas no campo e foi necessária a adoção de racionamento de itens básicos sobre os moradores das cidades. Na primeira metade da década de 1960, ocorre a retomada de certa estabilidade e recuperação da economia, mas Mao planejava a retomada da revolução e da posição em primeiro plano na liderança da nação chinesa.

Em 1966, iniciava-se a Revolução Cultural, que perdurou por uma década. Um movimento engajado em exterminar quaisquer instituições, cultura e mentalidade que pudesse contradizer a sua ideologia de revolucionária. Universidades, expressões culturais e artísticas, religiões, tudo o que pudesse remontar à antiga ordem “feudal” chinesa estava condenado (KISSINGER, 2011).

Nesse momento de emergência nacional potencial, Mao escolheu esmagar o Estado chinês e o Partido Comunista. Ele lançou o que esperava viesse a se

⁶ No original: “Despite these disastrous results, the Chinese government continued its unbalanced growth strategy with only minor adjustments after the famine”.

provar um ataque final aos teimosos resquícios da cultura chinesa tradicional – de cujo entulho, ele profetizou, surgiria uma nova geração ideologicamente pura mais bem-equipada para salvaguardar a causa revolucionária contra os inimigos domésticos e estrangeiros. Ele impeliu a China a uma década de frenesi ideológico, sectarismo político feroz e quase guerra civil, que ficou conhecida como a Grande Revolução Cultural Proletária. (KISSINGER, 2011, p. 196)

Mao tentou uma aproximação com os EUA de Nixon, em plena Guerra Fria, a China poderia ser um forte aliado contra o bloco soviético. Um encontro entre os dois chefes de Estado resultou em um documento assinado pelo presidente estadunidense reconhecendo apenas uma China, à qual Taiwan fazia parte. Em 1972, a China, contradizendo a sua reputação internacional de isolada, ingressa para o Conselho de Segurança da ONU.

Em meados década de 1970, a Revolução Cultural chega ao fim com a morte de Mao, em 1976. Uma crise política se instaura na China, mas Deng Xiaoping já despontava como uma liderança política. Em 1978, sob o comando de Deng, o governo da China buscou aumentar a sua legitimidade através da agregação de valor à economia e da melhoria da qualidade de vida da população (ZHU, 2012). Os processos de abertura econômica e modernização da economia começam a tomar forma e são o ponto de partida para o acelerado crescimento cujo resultado é a China de hoje. “Não foram implantadas grandes reformas sistemáticas das políticas, ao invés disso, reforma econômicas ocorreram de forma gradual, experimental e descentralizada” (ZHU, 2012, p. 110, tradução livre)⁷.

Tendo isso como base, Vizontini e Rodrigues (2000) destacam que Deng defendia um plano de modernização sistematizada em quatro áreas: (i) indústria: concentração de desenvolvimento em determinados setores, em especial a indústria pesada, através de tecnologia; (ii) agricultura: mecanização das atividades do campo e descoletivização; (iii) defesa: reorganização e profissionalização das Forças Armadas; e (iv) cultura: reordenamento de alguns valores sociais para destacar a educação formal (VIZENTINI; RODRIGUES, 2000).

“As modernizações industrial e agrícola pressupunham um maior intercâmbio com o mercado internacional, com o objetivo de obter tecnologia avançada para possibilitar a emancipação do país” (VIZENTINI; RODRIGUES, 2000, p. 62). O comércio era visto também como uma forma de modificar as relações da China com o exterior. Para isso, Holloman (2013) destaca o papel das Zonas Econômicas Especiais. Elas representavam áreas, cujo funcionamento era

⁷ No original: “There was no grand design of systematic reform policies; instead, economic reforms have taken place in a gradual, experimental, and decentralized fashion.”

determinado pela lei chinesa, para o exercício do comércio isentas da opressão do governo. O objetivo era fomentar a exportação e atrair o capital estrangeiro.

No campo, os resultados também foram positivos. Deng liderou um importante passo na modernização da agricultura: a descoletivização das comunas e o retorno de milhares de camponeses às suas propriedades. Essa redistribuição das terras, juntamente com um incentivo do governo para a compra de grãos, promoveu a dinamização da economia agrícola. Em um ciclo de enriquecimento das famílias rurais, criou-se demanda por bens de consumo e a consequente implantação de uma indústria leve na China (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

A República Popular da China apresentava uma série de vantagens comparativas que lhe permitiam alcançar com sucesso grande parte de seus objetivos. Nesse sentido, o país possui uma base industrial considerável (siderurgia, máquinas e bens de consumo), ainda que insuficientemente modernizada, um sistema de produção de energia, uma rede de transporte razoável e alguns núcleos tecnológicos satisfatórios para iniciar o desenvolvimento. Por outro lado, a manutenção de um considerável volume de população vivendo no campo, permitiram ao setor capitalista da economia dispor de mão de obra abundante a um custo extremamente baixo. (VIZENTINI; RODRIGUES, 2000, p. 62)

Em contrapartida ao radicalismo de Mao, Deng expressava uma visão de China diferente: para ele, não seria viável para a China manter o seu papel histórico sem fazer parte da realidade internacional. “O estilo de Deng revelava um foco aguçado: não tripudiar – de modo a não inquietar os outros países –, não proclamar liderança, mas estender a influência da China modernizando tanto a sociedade quanto a economia” (KISSINGER, 2015, p. 229).

O papel de Deng foi central para que a China desenvolvesse o “socialismo com características chinesas”, como definia. “Revoluções, não importa quão radicais sejam, precisam ser consolidadas e, no fim, adaptadas passando do momento de exaltação para uma atitude capaz de ser sustentada durante um período razoável de tempo” (KISSINGER, 2015, p. 226). E os resultados são expressivos. Em menos de uma geração, a China conseguiu ocupar a posição de uma das maiores economias do mundo. Para Kissinger (2015), os avanços não se restringem apenas ao crescimento de sua economia: seja por necessidade ou por convicção, a China “ingressou nas instituições internacionais e aceitou as regras estabelecidas da ordem mundial” (KISSINGER, 2015, p. 226).

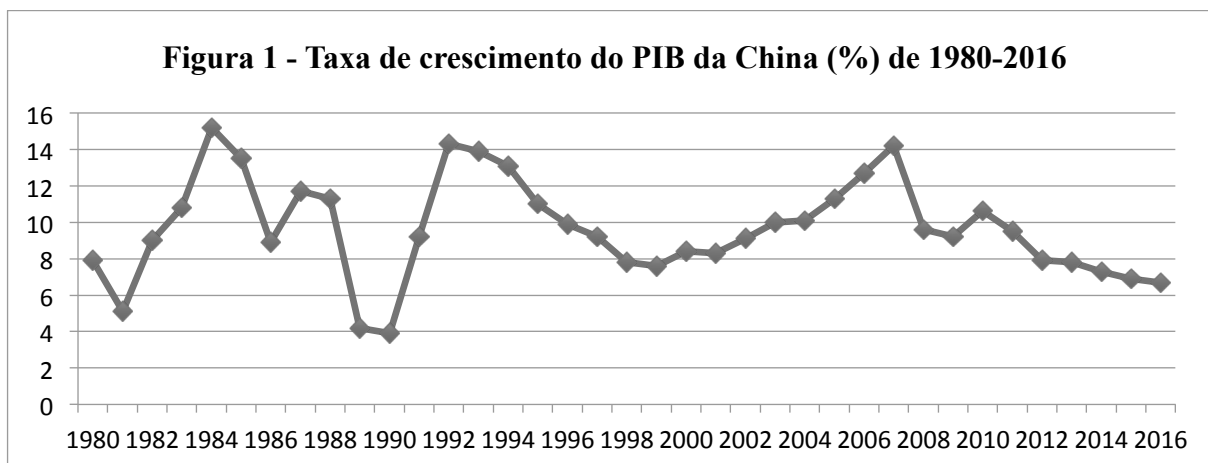
2.3 Jiang, Hu e Xi: a entrada da China na OMC

A saída de Deng do poder, em 1992, a China moderna comandada por Jiang Zemin e Hu Jintao, respectivamente, não demonstrou sinais de dar fim às reformas iniciadas por Deng. Em 1993, Jiang assume com o desafio inicial de estabilizar a política e a economia frente a protestos que clamavam pelo retorno da filosofia comunista de Mao. Contudo as sólidas bases legadas por Deng respaldam a continuação das reformas e do crescimento da China.

No início dos anos 1990, empresas estrangeiras começaram a se espalhar pelo território chinês, levando investimento, e, em conjunto com o setor público e privado chinês, continuaram seu curso de expansão abrindo ainda mais espaço para um economia desvinculada do Estado (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). “Ao final da década de 1990, a China iniciou uma privatização gradual da indústria estatal” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 379).

Por conseguinte, no 15º Congresso do Partido, realizado em setembro de 1997, o partido anunciou o fechamento da maioria das indústrias pertencentes ao Estado. Este manteria suas indústrias-chave – recursos naturais e setores estratégicos como indústria de armamentos químicas, de energia e distribuição de grãos –, e a maior parte das indústrias estatais seria vendida por meio de um sistema acionário no qual os administradores das fábricas e os empregados, assim como investidores privados, poderiam adquirir ações. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 381)

Os dados da figura 1 mostram os índices de crescimento da economia chinesa no período de 1980-2003. E os números são significativos: a taxa de crescimento médio mantido nesse período de tempo é de 9,72% e evidenciam sua acelerada expansão ao longo desses 23 anos.



Fonte: IMF – International Monetary Fund, 2017. Elaboração própria.

Sob a administração de Jiang, a China ingressou em 2001 na OMC, ano adotado como marco histórico para a análise nos capítulos subsequentes. A entrada a China foi interpretada como um grande passo à liberalização econômica e à globalização, tendo em vista a magnitude política e econômica do país. Para ser admitida, a China precisou adotar alguns parâmetros exigidos pela organização. São eles: redução das tarifas de importação, permissão de venda de produtos estrangeiros diretamente no mercado interno e liberalização de nas áreas de telecomunicação e financeira. Por outro lado, os produtos chineses também passam a ter taxas reduzidas em outros países.

De 2002 a 2004, Jiang Zemin ensaia sua paulatina saída do governo, dando início a era de Hu Jintao (2002). Hu juntamente com o premiê Wen Jiaobao são os primeiros a assumir a China do novo milênio em condições muito diferentes da China de seus antecessores.

Hu e Wen trouxeram uma perspectiva sem precedentes à tarefa de administrar o desenvolvimento da China e definir seu papel mundial. Eles representam a primeira geração de líderes sem experiência pessoal na revolução, os primeiros no período comunista a assumir o poder mediante a processos constitucionais – e os primeiros a assumir posições de responsabilidade em uma China emergindo inequivocadamente como uma grande potência. (KISSINGER, 2011, p. 468)

De acordo com Kissinger (2011), o século XXI se apresentava como um momento de “oportunidade estratégica”. Os Jogos Olímpicos de Beijing, em 2008, foram uma demonstração de que a China austera e obsoleta de outros tempos havia dado espaço para um florescimento cultural, avanço tecnológico e crescimento econômico ímpar. Enquanto uma crise econômica global se instaurava, a China mostrava sua capacidade de organização. Um

estudo da CEPAL de 2011 apresenta dados que ilustram a consolidação da China enquanto potência mundial.

De acordo com estimativas recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia chinesa já é a maior do mundo, medida a partir de paridade de poder de compra. A economia da China é maior que as da França, Alemanha e Itália juntas [...]. O ritmo de crescimento da China é sem precedentes, não somente porque ultrapassou em longevidade e velocidade dos super ciclos em outras economias asiáticas, mas também porque manteve-se perto dos 7%, mesmo enquanto a maior economia mundial. (CEPAL, 2011a, p. 25, tradução livre)⁸

Em 2013, Xi Jinping assume a presidência com o desafio administrar o legado de um país com uma história milenar e que, em poucos anos, conseguiu alcançar o patamar de intenso crescimento econômico de grande potência.

A China percorreu também a trajetória mais complexa, indo de uma antiga civilização, passando por um império clássico, daí para a revolução comunista até atingir o status de uma grande potência moderna – um rumo que acabará por exercer um impacto profundo sobre a humanidade. (KISSINGER, 2015, p. 215).

⁸ No original: “According to recent estimates by the International Monetary Fund, China’s economy is already the world’s largest, measured by purchasing power parity. The Chinese economy is larger than those of France, Germany and Italy combined. [...] China’s growth rate is therefore doubly unprecedented, since not only has it exceeded the length and velocity of supercycles in other Asian economies, but it has also remained at around 7%, even as the largest economy in the world.”

3. A ASCENSÃO DA CHINA E A AMÉRICA LATINA

Com a virada do milênio, a China diversificou suas parcerias e demonstrou interesse em firmar relações mais substantivas com o continente africano e a América Latina (HAO, WEI, DITTMER, 2009). Com base na contextualização do crescimento econômico da China explorado anteriormente, o presente capítulo se dedica às relações da mesma com a América Latina, tendo como marco temporal o ingresso chinês na OMC, em 2001. Por fim, o capítulo subsequente se dedicará à análise das relações sino-brasileiras no período correspondente.

3.1 A China e a América Latina pós-2001

Vadell (2011) explicita que o século XX, mais precisamente o período da Guerra Fria, foi predominantemente marcado pelo pragmatismo nas relações da China com a América Latina. Com o aumento de sua participação nas organizações internacionais, o engajamento da China com a diplomacia multilateral torna-se um de seus principais pontos de política externa (HAO, WEI, DITTMER, 2009). “A China estabeleceu relações diplomáticas com a maioria dos países latino-americanos e desenvolveu relações econômicas e comerciais e trocas interpessoais com os países nos quais os laços diplomáticos eram fracos” (HAO, WEI, DITTMER, 2009, p. 28, tradução livre)⁹.

O ano de 2001, com a entrada da China na OMC, o país se tornou cada vez mais atuante no comércio internacional. Para a América Latina, especialmente para a América do Sul, isso representou a oportunidade de retomar um ritmo de crescimento econômico satisfatório após os fracos resultados da década de 1990, com a implantação das reformas liberalizantes, variando em intensidade, com o Consenso de Washington (1989). A desigualdade social, de origem histórica na região, havia aumentado, as instituições estatais estavam enfraquecidas e o primeiro mundismo se tornara um objetivo ainda mais distante (VADELL, 2011).

O ano 2001 marca, talvez, o momento simbólico de ruptura desse processo na América Latina. [...]é verdade que, para a América Latina – mas principalmente para a América do Sul – surge, em plena crise econômica, uma nova opção no horizonte: a crescente presença da RPC no comércio internacional como compradora de recursos naturais e energéticos, cujos

⁹ No original: “China established diplomatic relations with most Latin American countries and developed economic and trade relations and people-to-people exchanges with some countries that lack diplomatic relations with China”.

preços, por razões de maior demanda, especulativas e geopolíticas, experimentaram substantivas elevações pelo menos até a crise de 2008. (VADELL, 2011, p. 58)

Cunha, Lélis e Bichara (2012) também contextualizam essa relação:

[...] Desde o início dos anos 2000, os laços comerciais entre China e América Latina vêm se estreitando, em um movimento que ganhou força depois de 2008. O comércio de mercadorias e o investimento direto chinês na região tem se expandido rapidamente, e a demanda chinesa por *commodities* constitui-se em fonte de dinamismo para os países ricos em recursos naturais. (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012, p. 211)

Nesse sentido, estima-se que no período entre 2000 a 2012, a participação da região latino-americana no comércio exterior da China sofreu aumentos expressivos, passando de 2,8% para 6,5% nas exportações e 2,5% para 7,5% no caso das importações (CEPAL, 2016). Na mesma medida, de 2000 a 2015, a quantidade de produtos latino-americanos exportados para a China praticamente duplicou: em 2000 representava 26% das exportações da região e em 2015 os números já estavam em 53% (CEPAL, 2016).

Vadell (2011) define que a aproximação da China com os países da América Latina perpassa quatro pontos principais: (i) a necessidade, por parte da China, de garantir o acesso a recursos naturais dar sustentação ao seu acelerado crescimento; (ii) a agenda diplomática chinesa pelo reconhecimento da RPC em detrimento de Taiwan; (iii) a expansão das relações da China para o Sul, afim de conquistar apoio e votos nas organizações internacionais e nos foros multilaterais; e (iv) o grande potencial da América Latina como mercado consumidor para os produtos chineses.

De forma complementar, Devlin, Esteveordal e Rodríguez-Clare (2006) elencam quatro principais dimensões que a emergência da China representa para a região latino-americana:

[...] (1) a China e sua história de crescimento bem-sucedido enquanto potencial origem para lições políticas, (2) a China enquanto mercado, com 1,3 bilhão de consumidores, e uma fonte de bens e serviços de baixo custo, (3) a China enquanto parceira econômica, e (4) a China enquanto uma forte competidora nos principais mercados latino-americanos. (DEVLIN;

ESTEVADEORDAL; RODRÍGUEZ-CLARE, 2006, p. 197, tradução livre)¹⁰

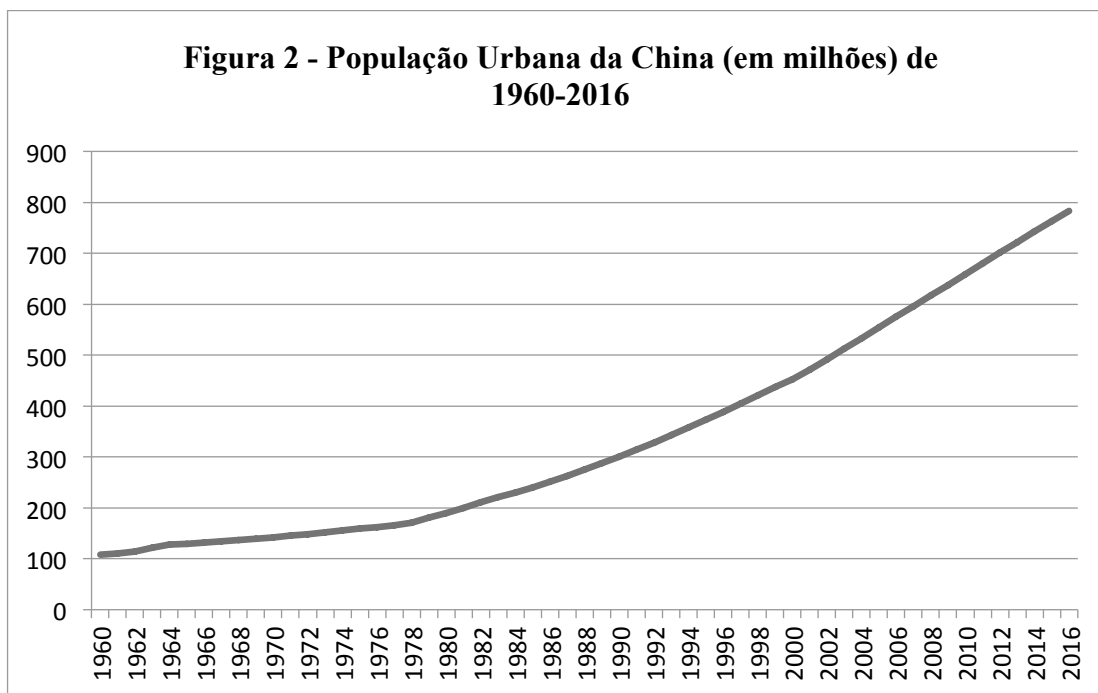
Seguindo o pensamento de Devlin, Estevadeordal e Rodríguez-Clare (2006), a primeira dimensão aponta a China, assim como os demais países do Leste Asiático, como um modelo crescimento, em termos de políticas adotadas, a ser estudado pela América Latina. As trajetórias dessas duas regiões são contrastantes. No período entre Guerras e até certa extensão da Segunda Guerra Mundial, os países latino-americanos configuravam uma das regiões economicamente mais dinâmicas no globo, criando a percepção de que estavam se industrializando para superar o subdesenvolvimento. Os países do Leste Asiático, por sua vez, estavam imersos em um cenário pouco otimista, enfraquecidos pelas guerras e pelos conflitos políticos.

Nos anos 1960, no entanto, as economias da América Latina começaram a mostrar sinais de estagnação, enquanto o Leste da Ásia estava se preparando para o seu grande ponto de virada e a China, por outro lado, iniciaria seu acelerado processo de crescimento uma década depois. Apesar de contextos discrepantes, a América Latina poderia beneficiar-se de estudos e adaptações do modelo de desenvolvimento econômico chinês (DEVLIN; ESTEVADEORDAL; RODRÍGUEZ-CLARE, 2006).

O segundo ponto, a China enquanto uma alternativa de mercado, evidencia a expansão das atividades econômicas da China como uma oportunidade para os países periféricos. Por essa ótica, a China representaria uma alternativa às tradicionais regiões responsáveis por alavancar o comércio internacional: EUA, União Europeia e Japão (DEVLIN; ESTEVADEORDAL; RODRÍGUEZ-CLARE, 2006). O potencial consumidor de uma população de mais de 1,5 bilhão, com uma parcela urbana crescente, também é um fator a ser considerado.

A Figura 2 evidencia os dados que embasam a crescente expansão da urbanização na China. Em 1960, a população urbana era de aproximadamente 108 milhões e, em 2016 ultrapassou o patamar de 780 milhões de habitantes. As estimativas apontam que até 2050, a China terá cerca de 1,05 bilhão de habitantes em suas zonas urbanas, representando 76% de sua população total (CEPAL, 2015).

¹⁰ No original: “[...] (1) *China the successful growth story and potential source of policy lessons*, (2) *China the market of 1,3 billion consumers and a low-cost source of goods and services*, (3) *China the partner*, and (4) *China the Strong competitor in Latin America’s main markets*.”



Fonte: WB – World Bank, 2017. Elaboração própria.

Assim, a agricultura e o agronegócio são setores promissores para diversificação da exportação da América Latina para a China (CEPAL, 2015). Nesse quadro, os países latino-americanos encontram-se em posição favorável para consolidar o fornecimento de produtos agrícolas e alimentos.

Com apenas 7% das terras cultiváveis do planeta e 6% dos recursos hídricos, a China precisa alimentar 22% da população mundial. Em 2004, ela se tornou um importador líquido de alimentos e, desde então, apresenta um *déficit* crescente no setor agrícola. Ademais, a China está passando por um intenso processo de urbanização e de expansão da classe média.[...] As transformações atuais no país já estão produzindo mudanças nos seus padrões de consumo de alimento. O aumento da renda urbana é usualmente associado com uma mudança dos hábitos alimentares, com uma parcela maior de proteínas, alimentos processados, e, de forma geral, uma alimentação com maiores níveis de qualidade, sanidade e propriedades especiais. Isso proporciona uma oportunidade considerável para a América Latina e o Caribe, nos quais muitos países são altamente competitivos na exportação de alimentos. Com vastos recursos naturais e hídricos, a região possui vantagens comparativas em relação aos principais fornecedores alimentícios da China. (CEPAL, 2015, p. 48-49, tradução livre)¹¹

¹¹ No original: “With just 7% of the world’s arable land and 6% of its water resources, China has to feed 22% of the world’s population. It became a net food importer in 2004, and since then it has had a growing trade deficit in the agriculture sector. Moreover, China is going through intense processes of urbanization and expansion of the middle-class. [...] The transformations currently under way in that country are already producing changes in its food consumption patterns. Urban income growth is usually associated with a change in diet, with a larger share of proteins, processed foods, and generally those with higher levels of quality and safety or special

No início dos anos 2000, as exportações agrícolas da região da América Latina e do Caribe para a China era cerca de 32%, na década que se seguiu esse índice se manteve relativamente estável, com algumas quedas. A partir de 2010, uma tendência de crescimento pode ser percebida. Em três anos, o percentual subiu de 22% para 30%, em 2013, chegando perto de se igualar aos níveis do início dos anos 2000 (CEPAL, 2015).

A terceira dimensão apontada leva em consideração a China enquanto parceria, não somente no campo econômico, mas também no âmbito político. As trocas comerciais entre as duas regiões podem sinalizar o início de uma estratégia que não se restringe apenas ao comércio. A formação do G-20 na Rodada Doha já demonstra a aproximação das agendas políticas da China e da América Latina, e, portanto, percebe-se um movimento dos países latino-americanos em colaborar com a China para promover o multilateralismo nas organizações internacionais (DEVLIN; ESTEVADEORDAL; RODRÍGUEZ-CLARE, 2006).

A China tem se consolidado como um dos principais parceiros comerciais e uma fonte de financiamento para várias nações em desenvolvimento. Sem as condicionalidades exigidas pelos governos ocidentais e pelas agências multilaterais, [...], o apoio chinês aos países periféricos tem sido um catalisador de influência e acesso privilegiado aos seus mercados e recursos naturais. Ademais, se o ‘Consenso de Washington’ foi um fracasso, em termos de produzir crescimento com estabilidade macroeconômica, social e política, o ‘Consenso de Beijing’, por combinar o poder dos mercados e da centralização política, poderia ser percebido como uma alternativa para acelerar o crescimento. (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012, p. 214)

Por fim, a quarta e última dimensão apontada, a China enquanto competidora, levanta um importante questionamento acerca dos obstáculos impostos à América Latina a partir da parceria com o país asiático (DEVLIN; ESTEVADEORDAL; RODRÍGUEZ-CLARE, 2006). A teoria Cepalina defende o processo de industrialização como o principal caminho para a superação da condição de subdesenvolvimento da América Latina. Nessa ótica, Cunha, Lélis e Bichara defendem que a China, enquanto um dos principais parceiros comerciais da região, tem reduzido o papel dos países latino-americanos a exportadores de recursos naturais e destino de exportação de manufaturas e capitais.

A América Latina, em termos de parceria comercial, tem se tornado um importante aliado da China com a exportação de recursos naturais. No entanto, a manutenção desse tipo

properties. This provides a considerable opportunity for Latin America and the Caribbean, several of whose countries are highly competitive food exporters. With its vast natural and water resources, the region has comparative advantages as one of China's leading suppliers of nutritious, safe and high-quality foods”.

de exportação pode prejudicar o desenvolvimento industrial, o qual já teve um início tardio na região. O Brasil e o México, representando um contexto de indústrias mais maduras, são os países que potencialmente correm mais riscos nesse âmbito.

3.2 A demanda chinesa por *commodities* latino-americanas

O crescimento da China aumentou a sua demanda por produtos primários e recursos naturais. Sendo assim, o impacto da China nos preços dos mercados globais de *commodities* cresceu significativamente nas últimas três décadas (KOLERUS; N'DIAYE; SABOROWSKI, 2016). Essa influência que a China exerce sobre os preços afeta as demais economias, principalmente a América Latina.

No período entre meados dos anos 1990 e 2014, a demanda da China por metais (minério de ferro, cobre, níquel, chumbo e estanho) aumento de cerca de 3% para algo entorno de 40% da demanda global; suas importações de soja aumentaram de 1% para 60%; e sua demanda por petróleo bruto saltou de 1% para representar 11% da demanda global. (KOLERUS; N'DIAYE; SABOROWSKI, 2016, p. 1, tradução livre)¹²

Jenkins (2011) defende que o aumento dos preços das *commodities*, entre 2002 e 2008, teve efeitos mistos na economia latino-americana. O aumento da demanda da China por recursos primários para sustentar o seu crescimento acelerado provocou o aumento dos preços das 15 principais *commodities* exportadas pela região da América Latina durante esse período. A Figura 3 destaca a lista dos produtos principais:

Figura 3 - Principais *Commodities* exportadas pela América Latina (2017)

¹² No original: “Between the mid-1990s and 2014, China’s demand for metals (iron ore, copper, nickel, lead, and tin) rose from about 3 percent to some 40 percent of global demand; its imports of soybeans increased from 1 percent to 60 percent; and its demand for crude oil jumped from about 1 percent to 11 percent of global demand”.

Grupo de Produto	<i>Commodity</i>
Energia	Petróleo bruto
Minerais, minérios e metais	Cobre; minério de ferro; alumínio e zinco
Rações	Soja; óleo de soja; farinha de peixe
Alimentos e bebidas tropicais	Café; açúcar; banana
Proteína animal	Carne bovina; aves
Produtos florestais	Madeira; polpa de madeira

Fonte: Standard International Trade Classification (SITC) Rev. 2 apud JENKINS, 2011, p. 75.
Tradução livre.

O crescimento da China impulsionou, indubitavelmente, os ganhos por exportação da região como um todo, direta e indiretamente. Quando países da região são considerados individualmente, contudo, fica claro que, enquanto a maioria dos países obtiveram ganhos, outros foram prejudicados pelo aumento do preço das *commodities*. Os principais beneficiados foram exportadores de *commodities*, particularmente exportadores de recursos não-renováveis, o que levanta questionamentos sobre a sustentabilidade ambiental desse padrão de crescimento e as implicações para o desenvolvimento econômico da crescente especialização em *commodities* primárias. (JENKINS, 2011, p. 85, tradução livre)¹³

A crise de 2008, com dimensões globais, influenciou esse cenário de forma a intensificar esses processos. Com as economias de alta renda, especialmente na Europa e América do Norte, mais fragilizadas, a China buscou nos países da periferia capitalista a demanda necessária para suprir o dinamismo de sua economia.

O ambiente pós crise financeira global revela uma China mais pró ativa na busca de mercados capazes de compensar o declínio relativo na demanda das economias centrais, e de ativos estratégicos que permitam, por meio do

¹³ No original: “China’s growth has undoubtedly boosted the export earnings of the region as a whole, both directly and indirectly. When individual countries in the region are considered, however, it becomes clear that, while the majority of countries have gained, there have also been losers from higher commodity prices. The main beneficiaries have been commodity exporters, particularly exporters of non-renewable resources, which raises questions about both the environmental sustainability of this pattern of growth and the implications for economic development of increasing specialization in primary commodities”.

investimento direto externo (IDE), acessar fontes de recursos naturais, tecnologias e mercado. (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012, p. 210)

Nesse sentido, torna-se válido questionar se essa dinâmica abre precedentes, de fato, para uma cooperação Sul-Sul, ou se apenas reconfigura-se uma interação Norte-Sul sob outra roupagem. A China demanda uma grande quantidade de produtos primários e recursos naturais da América Latina, ao passo que adentra esses mercados com oferta de bens industrializados. A mão de obra chinesa barata permite que seus produtos cheguem aos mercados latino-americanos com preços mais competitivos. Assim, um ciclo vicioso pode se consolidar com especialização da América Latina enquanto exportadora de bens primários, colocando em cheque seus esforços de desenvolver uma base industrial sólida e diversificada, capaz de agregar tecnologia e de gerar produtos com valor agregado que possam competir no mercado internacional.

A literatura recente explora a possibilidade de a região cristalizar um padrão de comportamento do tipo Norte-Sul, o que implicaria em crescente especialização na produção e exportação de alimentos, minérios e energia, *in natura* ou com baixos níveis de processamento industrial. Isso colocaria em cheque o esforço de décadas para a conformação de estruturas produtivas mais densas e diversificadas, particularmente em países como Brasil e México. (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012, p. 212)

Existe, então, um duplo movimento a ser mantido por parte dos países latino-americanos, mais especificamente o Brasil: por um lado, precisa-se incorporar os lados positivos da demanda chinesa por recursos naturais, pois ela traz recursos para investimentos, ao mesmo tempo em que se faz necessário suportar as pressões concorrenciais no mercado interno e externo (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012). A China, assim, representa uma via de crescimento alternativo, com suas ressalvas, para a periferia capitalista.

Com a América Latina, em particular, a China estabeleceu como metas primordiais a obtenção de recursos energéticos, matérias-primas e mercados para seus exportadores, além da contenção da influência de Taiwan e de apoio político mútuo em fóruns internacionais. Como fruto de sua presença na região, registrou-se, na primeira metade dos anos 2000, crescimento do comércio entre China e países latino-americanos de aproximadamente 70%, com concentração das trocas em poucos países (Brasil, com 30%, e México, Chile, Argentina, Panamá, Peru e Venezuela, com 50% do total dos intercâmbios) – e poucos produtos – minérios, alimentos, pesca e petróleo.

Os múltiplos investimentos chineses na região ocorreram principalmente em áreas relacionadas à extração de matérias-primas e construção de infraestrutura. (BECARD, 2011, p. 36)

Esse modelo também envolve riscos em caso de uma mudança no padrão de crescimento chinês. É pouco provável que o crescimento intensivo da demanda chinesa por *commodities* siga de forma crescente caso a economia se desloque para um modelo mais balanceado e de crescimento menos acelerado cuja base seja mais consumo e menos investimento, assim com um foco em serviços em detrimento dos produtos manufaturados (KOLERUS; N'DIAYE; SABOROWSKI, 2016). Por essa lógica, a intensidade das atividades das indústrias de uso intensivo de *commodities* tende a diminuir, juntamente com a demanda por essas matérias primas, impactando negativamente nos preços do mercado global.

Enfatiza-se, assim, o papel central dos governos latino-americanos em conciliar essas dimensões. Reconhecer as dificuldades e as oportunidades impostas pelo crescimento da China, assim como a formulação de uma resposta para esse fenômeno configuram um dos desafios para a região no século XXI (DEVLIN; ESTEVADEORDAL; RODRÍGUEZ-CLARE, 2006).

4. A CHINA E O BRASIL

Tendo como base o histórico do crescimento chinês e a contextualização do quadro geral impactos gerados sobre a América Latina, o capítulo final do presente trabalho analisa as relações sino-brasileiras. Para tanto, optou-se por traçar um breve histórico das relações sino-brasileiras, identificar a influência do crescimento da China para o Brasil a partir de 2001 e identificar possíveis riscos envolvidos nesta interação. A conclusão deste capítulo dará início à apresentação das considerações finais do trabalho.

4.1 Um breve histórico das relações entre Brasil e China

Antes do final do século XIX, afirma-se que inexistiam relações do Brasil com os países do Leste Asiático (OLIVEIRA, 2004). Em missão à China, em 1879, o Brasil buscava concretizar uma corrente migratória de trabalhadores chineses para suprir a necessidade de mão de obra, tendo em vista o início da abolição do sistema escravista. Apesar do insucesso em captar imigrantes chineses, levando o lado brasileiro a buscar o recrutamento de japoneses, Brasil e China assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1881, com a abertura de um consulado brasileiro em Shanghai no ano de 1883 (OLIVEIRA, 2004).

Já com a China, os contatos bilaterais foram escassos em decorrência da sucessão de conflitos internos e externos que a afetaram no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Com a vitória de Mao Zedong em 1949, o Brasil rompe as relações diplomáticas com a China continental, fechando o consulado em Shanghai e abrindo uma embaixada em Taipei (1952). Mesmo assim, registra-se durante o século XIX a entrada oficial de aproximadamente 3.000 chineses, decorrente, em especial, de tentativas isoladas de recrutamento de mão de obra para trabalho na agricultura e para o cultivo do chá no Rio de Janeiro. Após 1949, constata-se a intensificação de um fluxo migratório chinês, não oficial para o Brasil, em especial para a cidade de São Paulo. (OLIVEIRA, 2004, p. 11)

Nos anos 1950 a 1970, não se caracterizam relações sino-brasileiras de forma direta, apesar da política externa independente do governo de Jânio Quadros. Identifica-se uma “interação, no plano multilateral, de construção de uma agenda política comum a países em desenvolvimento, no processo de defesa de instauração de uma nova ordem econômica internacional” (OLIVEIRA 2004, p. 11).

A China e o Brasil restabeleceram relações diplomáticas em 1974, sob a orientação de política externa do “pragmatismo responsável” do governo Geisel (AZEVEDO, 2015). No contexto internacional de Guerra Fria, a aproximação dos dois países representou uma parceria para o desenvolvimento de questões de interesse conjunto na agenda internacional. Apesar das divergências entre os sistemas políticos adotados, China e Brasil conseguiram encontrar consensos no que tange a política externa, pois priorizavam, fundamentalmente, a autonomia internacional, a soberania nacional e a integridade territorial (OLIVEIRA, 2004). Assim, nesse período, ainda que a cooperação econômica ainda estivesse em um nível modesto, nos fóruns multilaterais os dois países convergiam em suas atuações.

Somente nos anos 1990 é que as relações comerciais entre Brasil e China se desenvolvem de fato, seguindo o exemplo das relações político-diplomáticas já estabelecidas nos anos anteriores. Com a abertura comercial brasileira, permitindo uma maior participação chinesa, os dois países se aproximam no âmbito comercial com a manutenção do relacionamento no campo político. Para além da cooperação nas organizações multilaterais, observando-se o potencial de aprofundamento das relações entre os países, Zhu Rongji, Primeiro Ministro Chinês, cunhou a expressão *parceria estratégica*¹⁴ em 1993.

Nesse sentido, é inegável a aproximação do discurso chinês com a linha de atuação internacional do Brasil. Em se tratando da diretriz de política externa do Estado Logístico, na qual se preza pela diversificação das parcerias internacionais, a China entra como um importante aliado político e parceiro comercial do Brasil. O ritmo acelerado de crescimento chinês e de seu protagonismo nas organizações multilaterais levam ao questionamento dessas relações sob uma visão estratégica de longo prazo para a economia brasileira.

4.2 As relações sino-brasileiras pós-2001: os impactos do crescimento chinês

O novo milênio inaugura um importante acontecimento para o comércio internacional: a entrada da China na OMC. Isso, juntamente com os esforços empreendidos pela China na busca de novos mercados, a queda da tarifa média de importação¹⁵ ainda nos 1990 e o fim do

¹⁴ O termo, na visão de Becard (2008) designa interações que tenham presentes os seguintes fatores: “i) condução de diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; ii) manutenção de relações dinâmicas nos campos econômico e sociocultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais; iii) desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; iv) compartilhamento de visões a respeito da organização do sistema internacional” (BECARD, 2008, p. 31-32).

¹⁵ As tarifas médias de importação na China passaram de 34,8% em 1992 para 13% em 2001 (MILARÉ; DIEGUES, 2016, apud CONTI; BLIKSTAD, 2017).

Plano Real – quebra da paridade do real com o dólar – contribuíram positivamente para inserção comercial do país (CONTI; BLIKSTAD, 2017).

Assim, resume-se os primeiros anos do século XXI como um período de aproveitamento das afinidades políticas entre China e Brasil para a expansão das “complementariedade de suas cadeias produtivas” (BECARD, 2011, p. 37) e de amadurecimento dessas relações. Assim, vale ressaltar a criação de mecanismos político-institucionais como meios de otimizar a interação entre os países.

Azevedo (2015) destaca as instituições criadas para respaldar as afinidades políticas e comerciais entre Brasil e China: a fundação do CEBC em 2004, da COSBAN em 2006, a criação do Diálogo Estratégico em 2007 e do Diálogo Financeiro Brasil-China, em 2008. Essas instâncias demonstram-se como ferramentas de aproximação bilateral. Além disso, Oliveira (2004) ressaltar os principais acontecimentos, tanto na iniciativa privada quanto nas tomadas de decisões governamentais, que apontam para a tendência, no início dos anos 2000, era de aumento no estreitamento das relações:

A tendência em termos do relacionamento comercial aparenta ser crescente. Em agosto de 2002, foi assinado um acordo de equivalência sanitária que abre possibilidades de exportação de carne bovina e de frango. Em novembro de 2001, foi criada uma *joint-venture* entre a Companhia Vale do Rio Doce e a siderúrgica Baosteel. Em setembro de 2002, foi concluída a parceria entre a Embraer e a empresa aeronáutica chinesa AVIC2. Enfim, as grandes empresas, como Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, Embraer, Embraco, Marcopolo, Sadi, entre outras, estão envidando esforços para entrarem no promissor e gigantesco mercado chinês. (OLIVEIRA, 2004, p. 18)

De 2000 a 2004, as compras da China no Brasil cresceram em 351,8% e o aumento foi de 106% nas compras brasileiras na China, levando o país a assumir o posto de quarto principal parceiro comercial do Brasil (BECARD, 2011). A influência da China no comércio exterior brasileiro aumentou significativamente desde o início das relações entre os países. Cervo e Bueno (2011) mostram o ritmo dessa aproximação: “Em 2004, a Argentina era o segundo maior destino das exportações brasileiras, depois dos EUA, e a China o terceiro, recebendo os países do sul 50% das exportações totais. Em 2010, a China torna-se o primeiro parceiro comercial do Brasil” (CERVO; BUENO, 2011, p. 533), como se ilustra na figura 4.

Figura 4 - Comércio Brasil-China: participação nas exportações e importações totais brasileiras (%)

	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Importações	2%	4%	7%	9%	11%	14%	15%	16%
Exportações	3%	6%	6%	7%	13%	17%	19%	19%

Fonte: WB – World Bank apud CONTI; BLIKSTAD, 2017, p. 18

Apesar dos sucessivos resultados superavitários, para o lado brasileiro, é necessário analisar a composição do comércio. Parte expressiva das exportações brasileiras para a China era composta por matéria prima e alimentos, como minério de ferro, aço e complexo de soja, chegando a representar mais de 70% das vendas no ano de 2004 (BECARD, 2011). Em contrapartida, as exportações chinesas para o Brasil “são compostas quase que integralmente por bens de capital, de consumo e intermediários” (CONTI; BLIKSTAD, 2017, p. 19).

De 2001 a 2003, as exportações brasileiras para a China foram marcadas por significativa presença de mercadorias de baixo conteúdo tecnológico (55%); alto grau de concentração da pauta exportadora por setores – agropecuária (32%), mineração (21,6%), siderurgia (7,8%), celulose (5,3%) e óleos vegetais (9,1%) em 2004 – e por produtos (soja e minério de ferro). Em 2003, as importações realizadas pelo Brasil no mercado chinês também foram marcadas por alto grau de concentração em poucos setores produtivos – equipamentos eletrônicos e químicos e farmacêuticos –, embora em menor grau do que o verificado para as exportações (57% dos importados). (BECARD, 2011, p. 36).

Assim, o agronegócio no Brasil ingressa, no início dos anos 2000, ao Jank, Nassar e Tachinardi (2005) definem como um período de “expansão da oferta e na explosão da competitividade” (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2005, p.19). A ascensão do agronegócio teve seu ponto de partida na desvalorização do real em 1999, juntamente com o ingresso da China e de outros países asiáticos no mercado. Essa desvalorização cambial, benéfica para o mercado exportador, a forte demanda externa e os ganhos de eficiência embasaram esse grande salto do setor.

Apesar do resultado favorável da agricultura e da mineração, esbarra-se na questão de diversificação das exportações brasileiras, na busca de agregar produtos de maior tecnologia e

valor agregado. Grande parte das dificuldades do lado brasileiro em diversificar sua pauta exportadora para a China estava ligada às seguintes questões: carga tributária excessiva, falta de infraestrutura e de políticas mais assertivas na identificação de novas possibilidades de mercado, pouca capacidade dos setores não-agrícolas de expandir a oferta, queda dos preços das *commodities* e a concorrência chinesa (BECARD, 2011).

Se, de fato, as exportações brasileiras para a China, de 2000 a 2004, passaram de US\$ 1,6 bilhão para mais de US\$ 8 bilhões, a posição brasileira dentre os principais exportadores para o mercado chinês não chegou a dobrar durante esse período, passando o *market share* brasileiro de 0,72% (24º lugar) para 1,55% (14º lugar). Enquanto isso, em 2004, quase 50% das importações chinesas ficaram concentradas em apenas quatro países – Japão (16,81%), Taiwan (11,54%), Coréia do Sul (11,09%) e Estados Unidos (7,96%). Quanto às exportações, quatro países – Estados Unidos (21,06%), Hong Kong (17%), Japão (12,39%), Coréia do Sul (4,69%) – foram responsáveis por 55,14% sobre o total. (BECARD, 2011, p. 37)

Desde 2004, no entanto, registrou-se a diminuição dos saldos comerciais brasileiros em 27% e ganho de mercado dos produtos chineses no Brasil em 70%, denunciando um novo padrão de comportamento do comércio (BECARD, 2011). O ganho da fatia de mercado da China se deu, majoritariamente, no setor de manufaturados, apontando o método chinês de elevar sua escala de produção e dar preferência a produtos com valor agregado (BECARD, 2011).

Em relação à estrutura da pauta comercial brasileira, tem-se observado nos últimos dez anos mudanças na composição tanto das exportações quanto das importações. Utilizando-se a classificação da Organização das Nações Unidas para produtos comercializados, por intensidade tecnológica – dados até 2009 –, verifica-se que, em 2000, cerca de 50% das exportações brasileiras eram de produtos primários e as manufaturas intensivas em recursos naturais. Os produtos de alta, média e baixa tecnologia representavam, respectivamente, 12%, 26% e 13% do total exportado. Em 2009, os produtos primários e as manufaturas intensivas em recursos naturais já respondiam por quase dois terços das exportações brasileiras, enquanto os produtos de alta, média e baixa tecnologia responderam conjuntamente por 32,7%. Este quadro acentuou-se particularmente a partir de 2005, sendo os produtos de baixa e alta tecnologia os que mais perderam participação na pauta. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011, p. 320)

A crise financeira global, em 2007-2008, o comércio mundial sofre uma desaceleração como um todo. A China, por sua vez, não conseguiu passar pela crise sem sofrer os seus efeitos, registrando uma contração de 11% das exportações em 2009 (CONTI; BLIKSTAD,

2017). Apesar de uma recuperação pontual nos índices do ano seguinte, o nível de exportações e importações da China foi fortemente impactado, diminuindo expressivamente, como ilustra a figura 5.

Figura 5 - Taxa de crescimento anual: exportações e importações de bens da China em volume 2002-2015 (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações	23	29	28	24	26	19	10	-11	29	11	7	10	4	-2
Importações	21	31	20	13	17	13	5	3	23	12	6	10	4	0

Fonte: IMF – International Monetary Fund, 2016, apud CONTI; BLIKSTAD, 2017, p. 9.

A China, no período de 2001 a 2010, demonstrou uma das maiores taxas de crescimento, com uma média de 10,5%. No entanto, desde 2012, o crescimento da economia chinesa desacelerou gradualmente, atingindo 7,4% em 2004 (CEPAL, 2015a). Percebe-se, então, uma tendência à contração das importações e das exportações chinesas a partir de 2010, registrando-se até um atípico resultado negativo em 2015. Essa desaceleração econômica da China não vem como uma surpresa. Ela faz parte, de certa forma, de uma série de ajustes que visam lidar com a vulnerabilidade da crise financeira global a curto prazo e realocar o foco da economia dos investimentos e exportações para o consumo; e da indústria para o setor de serviços a médio prazo (CONTI; BLIKSTAD, 2017). Leva-se, portanto, ao questionamento acerca dos impactos do dinamismo da economia chinesa para o Brasil.

Em se tratando do comércio exterior, Conti e Blikstad (2017) defendem que não existem indícios de mudança no padrão de comércio entre Brasil e China. Os efeitos podem se dar na composição demanda e, portanto, no preço das *commodities*, mas a manutenção do acelerado processo de urbanização, acompanhado da elevação da renda média das famílias chinesas, leva à possibilidade de que a demanda por alimentos na China deve aumentar. A nova classe média chinesa, com a mudança hábitos alimentares, pode levar ao aumento de algumas commodities agrícolas específicas, como o café e o açúcar (CONTI; BLIKSTAD, 2017).

A mudança no padrão de crescimento não é tarefa simples e o governo chinês sabe dessa dificuldade, ainda que este disponha, em boa medida, de instrumentos governamentais e recursos para realizar essa transição. Há, no entanto, três variáveis que podem dificultar esse processo e que não estão sob controle do Estado chinês: alimentos, matérias-primas e recursos energéticos. Essa mudança do padrão de crescimento que virá acompanhada de uma desaceleração do crescimento (entre 2% e 3%), por um lado, tende a gerar desaceleração do ritmo de crescimento da demanda de matérias-primas e energia, mas mesmo assim a quantidade de recursos demandados será elevada. Por outro lado, a tentativa de mudança na composição do crescimento – redução da participação do investimento no PIB com elevação do consumo das famílias e ampliação dos serviços públicos e da seguridade social – tende a gerar aumento no consumo de alimentos e de bens de consumo. Isso porque o possível aumento da renda dos mais pobres – que possuem maior propensão a consumir – poderá gerar o aumento da demanda dos produtos direcionados a esse segmento, mesmo com a desaceleração do crescimento do PIB. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011, p. 313)

Com relação aos IDE, a China passou por um processo gradativo de abertura desde a sua modernização econômica na década de 1970. Em contrapartida, a China manteve baixos os níveis de investimento no exterior até o período a partir de 2004, ano em que começaram a se expandir de forma acelerada (CONTI; BLIKSTAD, 2017). Esses investimentos são coordenados com a estratégia geopolítica da China: os campos priorizados são ligados a recursos naturais, energia e infraestrutura. Assim, o quadro dos IDE chineses no Brasil, mostra-se alinhado com a atuação comercial:

Assim, a China coloca o Brasil (junto com o restante da América Latina e a África) na área dos investimentos em recursos naturais e energia. De forma associada, faz parte dos planos chineses um investimento massivo – no Brasil e na América Latina – em infraestrutura, para a redução dos custos de transporte de matérias-primas agrícolas e minerais para a China; são investimentos com prováveis efeitos positivos sobre a demanda agregada e a competitividade dos produtos brasileiros, mas que trazem o risco de uma perda adicional de soberania nacional sobre setores-chave de infraestrutura. (CONTI; BLIKSTAD, 2017, p. 23)

Conti e Blikstad (2017) destacam os principais canais macroeconômicos de transmissão dos efeitos da economia da China sobre a brasileira. No curto prazo, destaca-se o efeito positivo sobre a demanda agregada para o Brasil: a elevada demanda da China por *commodities* de origem agrícola e mineral, resultando no aumento do preço das mesmas, influenciou para a geração de uma balança comercial superavitária para o lado brasileiro,

como mencionado anteriormente (CONTI; BLIKSTAD, 2017). Ademais, a produção chinesa de bens manufaturados a baixo custo propiciou a aquisição desses bens pela parcela trabalhadora brasileira, em outros tempos marginalizada no mercado de consumo de massa, podendo-se atribuir como uma das razões do aumento do poder aquisitivo das famílias brasileiras o intercâmbio comercial com a China (CONTI; BLIKSTAD, 2017).

Além desses fatores, pode-se afirmar que parte do desempenho econômico satisfatório do Brasil, representado pelas taxas de PIB:

Adicionalmente, em um contexto de abundância de liquidez internacional, os superávits comerciais – associados ao dinamismo econômico engendrado no Brasil e as elevadas taxas de juros nacionais – estimularam a entrada de volumosos recursos também pela conta financeira e apostas no mercado futuro que resultaram na contínua apreciação do real. Essa queda da taxa de câmbio, associada ao barateamento dos produtos manufaturados, contribuiu para o expressivo aumento dos salários reais médios no Brasil. Todos esses canais (aumento das exportações líquidas, do consumo e, associadamente, dos investimentos) configuraram a contribuição do “efeito- China” as razoavelmente altas taxas de crescimento do PIB brasileiro no período 2004-2010. (CONTI; BLIKSTAD, 2017, p. 24-25)

Apesar disso, o cenário explicitado pelos autores a médio prazo passa a englobar resultados negativos. Para além dos supracitados estímulos os investimentos nos campos relacionados à exploração de recursos naturais, ressalta-se “um igualmente evidente desestímulo aos investimentos na indústria” (CONTI; BLIKSTAD, 2017, p. 25).

De modo geral, a crise internacional, responsável por contrair a demanda agregada a nível global, contribuiu para o excesso de capacidade ociosa na China, o que “debilita o ‘mecanismo acelerador’ da indústria brasileira; e reduz o potencial de elevação da produtividade no país, em geral relacionado ao investimento industrial” (CONTI; BLIKSTAD, 2017, p. 25).

De forma resumida, o “efeito China” tem como manifestações principais: i) especialização regressiva da pauta exportadora – participação crescente dos produtos primários na pauta exportadora; ii) o déficit comercial brasileiro em relação aos produtos de mais tecnologia e valor agregado; e iii) a expansão das exportações da China acarretaram na retração da atuação brasileira como exportadora de produtos de maior intensidade tecnológica em outros mercados – Europa, Estados Unidos e América Latina – (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). Tendo em vista a análise das principais influências do dinamismo

econômico chinês na economia brasileira, o próximo subcapítulo foca na identificação dos principais desafios nas relações sino-brasileiras.

4.3 Brasil e China: os desafios nas relações sino-brasileiras

Desde o ano de 2002, o Brasil demonstra uma intensidade de comércio crescente com a China (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). O novo cenário mundial, que desde o início do novo milênio sinaliza a ascensão da China como potência, impõem desafios e oportunidades para o Brasil. Apesar do avanço das relações sino-brasileiras, pontos de fragilidade, sobretudo na primeira década do século XXI, permeiam as interações entre os dois países.

A ampliação das relações econômicas e políticas entre Brasil e China está se configurando em um cenário contraditório a partir de uma totalidade fortemente complexa. Essa dinâmica traz consigo oportunidades para o Brasil no curto e médio prazo, mas que, se não forem bem aproveitadas, poderão representar ameaças, sobretudo no longo prazo,[...] além do aumento da vulnerabilidade externa estrutural. Não são poucos os desafios que estão postos para a construção de uma relação de benefício mútuo entre o Brasil e a China. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011, p. 344)

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que apesar do aumento expressivo do intercâmbio econômico entre os países, a qualidade das relações comerciais precisa ser questionada. Becard (2011) aponta como uma das maiores críticas às relações sino-brasileiras na primeira década dos anos 2000 a dificuldade brasileira em diversificar a sua pauta de exportação e obter êxito em integrar produtos de valor agregado às vendas. De modo complementar, Acioly, Pinto e Cintra (2011) destacam que a competitividade das manufaturas chinesas tende a gerar uma especialização regressiva da estrutura industrial, por motivos citados anteriormente.

A pressão competitiva das manufaturas chinesas tende a gerar um processo de especialização regressiva da estrutura industrial (desadensamento da cadeia produtiva doméstica) e a forte expansão do IDE chinês no Brasil fora das prioridades da política industrial e sem uma negociação quanto à forma de acesso ao mercado (joint ventures, alianças tecnológicas etc.) pode significar a perda do controle estratégico soberano do Brasil sobre as fontes de energia (petróleo) e de recursos naturais (terras e minas), sem que isso signifique maior transferência de tecnologia para o país. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011, p. 345-346)

Becard (2011) ainda ressalta a falta de ações bilaterais alinhadas entre os dois países como um desafio no campo político. Apesar da quantidade significativa de tratados e acordos assinados entre as partes, faltam nas relações sino-brasileiras planos de execução conjuntos para atingir metas comuns. “Da parte brasileira, ademais, há ainda grande carência de coordenação entre os diferentes órgãos governamentais e destes com setores empresariais com vistas, sobretudo, a fortalecer posições e priorizar determinadas ações” (BECARD, 2011, p. 42).

Assim, as dificuldades no campo político-comercial implicam em desafios na área tecnológica. Em se tratando de inovação, um dos desafios para o Brasil é conseguir aumentar sua capacidade de difusão tecnológica em sua cadeia produtiva (ACIOLY; PINTO; CINTRA; 2011). Nesse âmbito, a China como o maior exportador de produtos intensivos em tecnologia do mundo tem o potencial de contribuir positivamente para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. Assim como o Brasil representa um forte aliado no compartilhamento de conhecimento sobre as indústrias agrícolas e de minérios, a experiência chinesa, em contrapartida, representa a possibilidade de cooperação na indústria intensiva em tecnologia. À guisa de ilustração, pode-se destacar como iniciativa o Cbers, projeto de cooperação sino-brasileiro para a construção de satélites que já foi responsável por três lançamentos:

O Programa de Construção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (Cbers), lançado em 1988, representa, atualmente, não apenas o maior projeto de cooperação conjunta na área de ciência e tecnologia entre o Brasil e a China, mas também entre todos os países em desenvolvimento. Durante a primeira década do século XXI, segundo os então ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, o Programa Cbers permitiu alcançar diversos objetivos: i) quebrar o monopólio das grandes potências na produção e uso de imagens adquiridas por satélites; ii) obter conhecimento na área de sensoriamento remoto a baixo custo; iii) promover o desenvolvimento sustentável por meio do uso de tecnologia de ponta da área espacial. (BECARD, 2011, p. 41)

Acioly, Pinto e Cintra (2011) atentam para as possíveis consequências, caso o Brasil falhe em vencer esses obstáculos no longo prazo:

Se não forem superados esses obstáculos e se desperdiçadas as oportunidades, a vulnerabilidade externa estrutural – a especialização regressiva da pauta exportadora e da estrutura industrial brasileira – tende a agravar-se como fenômeno de longo prazo e, segundo Gonçalves et al. (2009), aprofundar as assimetrias no padrão de comércio, na eficiência do aparelho produtivo, na dinâmica tecnológica e na solidez do sistema

financeiro nacional. Essa situação está associada ao fato de que a irradiação do progresso técnico ficará restrita aos setores exportadores – sobretudo os grupos econômicos industriais produtores de *commodities*. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011, p. 346)

Nesse sentido, o Brasil precisa adotar não apenas uma “estratégia clara para lidar com a China, mas, em especial, superar seus entraves estruturais internos, considerados fundamentais para que assuma uma atitude muito mais proativa em face à China” (BECARD, 2011, p. 43). Seguindo esse pensamento, é necessário repensar as bases das relações sino-brasileiras para poder objetivar um maior patamar de simetria na interação entre os países.

Esses desafios ilustram os esforços que precisam ser empregados, por parte do governo brasileiro, para expandir efetivamente a cooperação sino-brasileira e contornar as ameaças apresentadas para médio a longo prazo nas relações Brasil-China. Nesse contexto, além de uma conjuntura econômica favorável, decisões político-econômicas possuem o potencial de modificar a natureza dessa relação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma econômica iniciada por Deng Xiaoping, na segunda metade da década de 1970, colocou a China em uma trajetória de modernização. Em menos de uma geração, um país que sofreu uma das maiores crises de fome no fim 1950 conseguiu alcançar a posição de uma das maiores economias do mundo. Para além do crescimento econômico, a modernização representou para a China sua porta de entrada para o mundo, no sentido de que passou a figurar como membro atuante das organizações econômicas. O ano de 2001, com o ingresso da China na OMC, representa um período de intensificação da atuação chinesa no comércio internacional e no processo de globalização, engajando-se com o multilateralismo e expandindo suas relações e parcerias.

Dessa forma, a economia chinesa notabilizou-se por sua capacidade de exportar uma grande variedade de produtos intensivos em capital e de alta tecnologia. Em contrapartida, o movimento igualmente acelerado de urbanização na China cria a demanda por alimentos e recursos naturais. Assim, forma-se uma estratégia da China com os países da periferia capitalista de exportar produtos industriais (bens de consumo e de capital) e importar produtos agrícolas, matéria prima e energia.

Nesse contexto, a América Latina, abundante em recursos naturais, representa um parceiro comercial compatível com as necessidades econômicas e políticas chinesas. Economicamente, representa uma fonte de acesso a matérias-primas e também um potencial mercado consumidor para os produtos manufaturados chineses. No âmbito da política internacional, faz parte da agenda chinesa de diversificação de parcerias, a fim de conquistar apoio, principalmente do hemisfério sul, nos fóruns multilaterais.

O século XXI marca para os países latino-americanos, em intensidades distintas, um período de desempenho econômico insatisfatório após um período frustrado de implantação de medidas liberalizantes. Assim, o comércio com a China é visto como uma oportunidade de retomar o dinamismo da economia da região. Levando em consideração o supracitado processo intenso de urbanização chinesa, a agricultura e o agronegócio representam setores promissores para a ampliação das exportações da América Latina para a China. A intensificação das relações é notável: as exportações latino-americanas para a China praticamente duplicaram no período de 2000-2015, passando de 26% das exportações da região para 53%.

O aumento da demanda chinesa por *commodities* influenciou para o incremento significativo dos seus preços, especialmente no período entre 2002-2008. As 15 principais

commodities exportadas pela América Latina sofreram elevação dos preços, gerando ganhos de exportação para a região. Em 2008, com a crise financeira internacional, a China passa a buscar na periferia capitalista a demanda necessária para suprir o vácuo deixado pelas economias de alta renda. Assim, configura-se uma relação em que a China demanda dos países latino-americanos produtos primários e recursos naturais, ao mesmo tempo em que vislumbra a região como um mercado para a sua produção de manufaturados. O baixo custo da mão de obra chinesa permite que esses produtos cheguem aos mercados da América Latina com preços mais competitivos que a produção nacional. Um dos possíveis riscos desse comércio é a consolidação de um padrão com a especialização da América Latina como fornecedora de bens primários, ao passo seus esforços no desenvolvimento de uma base industrial diversificada e capaz de agregar tecnologia sejam descartados. Nesse quadro, os países mais ameaçados por essa especialização regressiva são economias mais maduras, como Brasil e México.

Sendo assim, o Brasil se insere nesse contexto sendo um dos países latino-americanos com estrutura produtiva mais desenvolvida. As relações diplomáticas entre Brasil e China foram consolidadas em 1974. A partir desse acontecimento, iniciou-se, no plano da política internacional, um apoio entre os países em organizações multilaterais. As relações comerciais aprofundam-se, de fato, a partir da década de 1990, com a abertura comercial brasileira.

A entrada da China na OMC, em 2001, e a busca chinesa por novos mercados, contribuíram para o estreitamento dos laços entre Brasil e China a partir dos anos 2000, fazendo com que o gigante asiático alcançasse a posição de principal parceiro comercial do país em 2010. Assim como as relações comerciais que se cristalizaram com o resto da América Latina, parte expressiva das exportações brasileiras no início dos anos 2000 era composta por produtos de baixo valor agregado, como complexo de soja, minério de ferro e aço. As exportações da China, todavia, são quase que integralmente bens de capital, de consumo e intermediários.

Tendo isso em vista, o início do século XXI marca um período de expansão do agronegócio brasileiro. De 2000 a 2004, o volume de compras da China por produtos brasileiros aumentou 351,8%, na medida em que as compras brasileiras por produtos chineses cresceram 106%. No entanto, aprofunda-se um dos principais desafios da economia do Brasil, assim como problematizado para a América Latina: a diversificação de sua pauta exportadora afim de contemplar produtos com valor agregado e tecnologia.

A partir de 2004, esse padrão de comércio entre Brasil e China começa a evidenciar alguns efeitos que vão além dos superávits registrados pela balança comercial brasileira nos

anos antecessores. Houve a diminuição dos saldos comerciais brasileiros em 27%, ao passo que a economia chinesa registra um ganho de mercado no Brasil de 70%. A estratégia chinesa de elevar sua escala de produção e priorizar produtos com valor agregado é a mesma no que tange os investimentos chineses no Brasil. Os IDE são coordenados de modo a dar ênfase a áreas relacionadas a recursos naturais, energia e infraestrutura.

Como resultado disso, no curto prazo, além da balança comercial brasileira mostrar-se superavitária, destaca-se o papel os produtos manufaturados chineses no mercado brasileiro. Com seus baixos custos e preços competitivos, famílias populares, antes excluídas do processo de consumo de massa, tiveram aumento em seu poder aquisitivo. Adicionalmente, pode-se mencionar o desempenho satisfatório do PIB nacional entre 2004-2010.

No entanto, no médio e longo prazo, da mesma forma que se ressalta no cenário latino-americano, o foco dessas relações comerciais na exportação de *commodities* brasileiras gera desestímulos para os investimentos na indústria. Assim, destaca-se para como resultados principais do “efeito China” para o Brasil a especialização regressiva da pauta exportadora, o déficit comercial brasileiro em se tratando de produtos de valor agregado e alta tecnologia.

Seguindo esse pensamento, tanto o Brasil, quanto a América Latina enfrentam desafios comuns no relacionamento com a China, corroborando para a confirmação da hipótese inicial. Precisa-se manter a dinamicidade econômica oportunizada pela demanda chinesa, ao mesmo tempo em que surgem riscos que a especialização em exportação de recursos naturais representa para o desenvolvimento industrial. Uma possível mudança em um cenário futuro depende de decisões não apenas econômicas, mas também político-institucionais para que um comportamento mais proativo possa ser adotado frente ao crescimento econômico chinês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. China e Brasil: Oportunidades e Desafios. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (Org.). **A China na Nova Configuração Global: Impactos Políticos e Econômicos**. Brasília: Ipea, 2011. p. 307-350. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_achinaglobal.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

AGLIETTA, Michel; BAI, Guo. **China's Development: Capitalism and empire**. Londres: Routledge, 2015.

AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert de. Reflections on the Chinese Emergence. *Austral, Brazilian Journal Of Strategy & International Relations*, v. 4, n. 7, p.165-189, jun. 2015.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

_____. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. Suplementar, p. 31-44, nov. 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/04.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Inserção Global no Século XXI: A Estratégia do Estado Logístico. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Unb, 2011. Cap. 18. p. 525-560.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Latin America and the Caribbean and China: Towards a new era in economic cooperation**, June. Santiago de Chile: CEPAL, 2011a.

_____. **Latin America and the Caribbean and China: Towards a new era in economic cooperation**, May. Santiago de Chile: CEPAL, 2015a.

_____. **Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China: Oportunidades y Desafíos**. Santiago de Chile: CEPAL, 2016.

CONTI, Bruno De; BLIKSTAD, Nicholas. **Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que queremos que sejamos e o que queremos ser**. Campinas: Unicamp, Texto Para Discussão, vol. 292, 2017.

CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil no Espelho da China: Tendências para o período pós-crise financeira global. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.208-236, maio 2012. Trimestral.

DEVLIN, Robert; ESTEVADEORDAL, Antoni; RODRÍGUEZ-CLARE, Andrés (Ed.). **The Emergence of China: Opportunities and Challenges for Latin America and the Caribbean**. Whashington: Inter-american Development Bank, 2006.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: Uma nova história**. Porto Alegre, L&PM, 2008.

HALLIDAY, Jon; CHANG Jung. **Mao: A história desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAO, Yufan; WEI, C. X. George; DITTMER, Lowell. **Challenges to Chinese Foreign Policy: Diplomacy, Globalization and the Next World Power**. Kentucky: University Press Of Kentucky, 2009.

HOLLOMAN, Dave M. **China Catalyst: Powering Global Growth by Reaching the Fastest Growing Consumer Market in the World**. Nova Jérsei: John Wiley & Sons, 2013.

IMF – International Monetary Fund. World Economic Outlook Database, 2017.

JANK, Marcos Sawaya; NASSAR, André Meloni; TACHINARDI, Maria Helena. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. **Revista USP**, n. 64, p. 14-27, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13387/1520>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

JENKINS, Rhys. The “China Effect” on commodity prices and Latin American export earnings. **Cepal Review**, Santiago do Chile, n. 103, p.73-87, abr. 2011.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. Cap. 6. p. 214-235.

_____. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOLERUS, Christina; N'DIAYE, Papa; SABOROWSKI, Christian. **Spillover Notes: China's Footprint in Global Commodity Markets**. Washington: International Monetary Fund, 2016.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: Transitions and growth**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2007.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-30, Junho 2004. Disponível em : < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n1/v47n1a02.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. , p.57-79, nov. 2011. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/06.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

VISENTINI, Paulo. China, potência emergente: pivô da transformação mundial. In: VISENTINI, P; ADAM, G; VIEIRA, M; SILVA, A; PEREIRA, A . **BRICS: as potências emergentes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 11-38.

_____; RODRIGUES, Gabriela. **O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos**. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

WB – World Bank. World Development Indicators. Outubro, 2017.

ZHU, Xiaodong. Understanding China's Growth: Past, Present and Future. **Journal of Economic Perspectives**, Washington, v. 26, n.4, p. 103-124, Sep. 2012. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.26.4.103>>. Acesso em: 06 mai. de 2017.